



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO DE MINISTRO DE ESTADO Nº _____, DE 2021

(Da Bancada do PSOL)

Requer a convocação do Ministro de Estado da Defesa do Brasil, Sr. Walter Braga Netto, para comparecer ao Plenário da Câmara dos Deputados a fim de prestar esclarecimentos sobre a tentativa de intimidação, em inaceitável ameaça à democracia, aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid-19.

Senhor Presidente,

Nos termos do Artigo 50 da Constituição Federal, combinado com os artigos 117, II, e 219, I, §§ 1 e 2 do Regimento Interno, assim como da Resolução da Câmara nº 14/2020, requeremos ao Plenário da Câmara dos Deputados a convocação do Sr. Walter Braga Netto, Ministro de Estado da Defesa do Brasil, a fim de prestar esclarecimentos sobre nota oficial, publicada no site oficial do Ministério da Defesa, sobre as declarações do Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid-19, o Senador Omar Aziz.

JUSTIFICATIVA

No dia 07/07/2021, nota oficial do Ministério da Defesa, assinada pelo Ministro Braga Netto e pelos Comandantes da Marinha, Exército e Aeronáutica, tentou intimidar o Presidente da CPI da Covid-19, o Senador Omar Aziz. De acordo com a nota:

O Ministro de Estado da Defesa e os Comandantes da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira repudiam

veementemente as declarações do Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, Senador Omar Aziz, no dia 07 de julho de 2021, desrespeitando as Forças Armadas e generalizando esquemas de corrupção.

Essa narrativa, afastada dos fatos, atinge as Forças Armadas de forma vil e leviana, tratando-se de uma acusação grave, infundada e, sobretudo, irresponsável. A Marinha do Brasil, o Exército Brasileiro e a Força Aérea Brasileira são instituições pertencentes ao povo brasileiro e que gozam de elevada credibilidade junto à nossa sociedade conquistada ao longo dos séculos.

Por fim, as Forças Armadas do Brasil, ciosas de se constituírem fator essencial da estabilidade do País, pautam-se pela fiel observância da Lei e, acima de tudo, pelo equilíbrio, ponderação e comprometidas, desde o início da pandemia Covid-19, em preservar e salvar vidas.

As Forças Armadas não aceitarão qualquer ataque leviano às Instituições que defendem a democracia e a liberdade do povo brasileiro.”¹

Importante ressaltar que a presença de militares em cargos civis mais que dobrou no governo Bolsonaro. Levantamento do Tribunal de Contas da União (TCU) apontou que, em 2018, havia 2.765 militares em cargos civis no Executivo federal. Já em 2020, o total chegou a 6.157 no mês de julho, um aumento de 122%.²

Como se sabe, reportagem da Folha de São Paulo revelou que representante de uma vendedora de vacinas recebeu pedido de propina de US\$ 1 por dose em troca de contrato com o Ministério da Saúde³.

Para além disso, no âmbito da CPI da Covid-19, o Governo Bolsonaro se encontra numa teia de corrupção, com o escândalo da Covaxin no centro. Bom

¹ Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/nota-oficial-1>

² Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/presenca-de-militares-em-cargos-civis-mais-que-dobrou-no-governo-bolsonaro-25079165ckqu5ognp004301hakp524ojb.html>

³ Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/06/exclusivo-governo-bolsonaro-pediu-propina-de-us-1-por-dose-diz-vendedor-de-vacina.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa



ressaltar que o Ministério da Saúde – na época, comandado pelo então General da Ativa Eduardo Pazuello - na assinatura do consórcio Covax Facility, em setembro do ano passado, tinha duas opções de compra de 42 milhões de doses, que são suficientes para vacinar 10% da população, ou doses para 50% da população. O Governo escolheu a opção com oferta menor.⁴

Ao mesmo tempo que fez essa opção, reportagem do Estado de São Paulo revelou documentos do Ministério das Relações Exteriores mostram que o Governo comprou a vacina Covaxin por um preço 1.000% maior do que, seis meses antes, era anunciado pela própria fabricante⁵.

Estamos falando, portanto, de um Ministério na época comandado por um Militar (da ativa, frise-se) e com outros militares ocupando importantes posições hierárquicas da cadeia de comando. A declaração do Senador Aziz apenas constata fatos – cada vez mais fartamente demonstrados na CPI – que vem comprovando que os esquemas de corrupção do Governo Bolsonaro.

Em nota, o PSOL se manifestou contra a intimidadora nota por parte do Ministro da Defesa e dos Comandantes das Forças Armadas:

O PSOL repudia veementemente a nota publicada nessa quarta-feira (7) pelo Ministério da Defesa em conjunto com os comandantes das Forças Armadas.

A nota representa uma inaceitável ameaça à democracia, ao buscar constranger os trabalhos da CPI da Pandemia no Senado Federal. Como é de conhecimento público, a Comissão tem revelado a participação de militares em possíveis esquemas de corrupção que devem ser apurados, doa a quem doer.

Consideramos que as Forças Armadas estão submetidas às autoridades eleitas democraticamente e não cabe a elas publicar

⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/06/12/brasil-se-recusou-a-comprar-mais-vacinas-do-covax-mesmo-com-reembolso-se-desistisse-mostra-documento.ghtml>

⁵ Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,governo-comprou-vacina-indiana-por-preco-1000-mais-alto-do-que-o-estimado-pelo-proprio-fabricante,70003754533>



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

notas ou promover ameaças.

Nossa solidariedade aos membros da CPI da Pandemia e nosso repúdio a mais essa manifestação antidemocrática do Ministério da Defesa e dos comandantes militares⁶.

Juliano Medeiros
Presidente do PSOL

O Grupo Prerrogativas, que reúne juristas, professores de Direito e profissionais da área jurídica, também se manifestou sobre a nota oficial do Ministério da Defesa⁷. De acordo com o grupo, a nota do Ministro e dos comandantes consiste na intimidação ao livre exercício das atividades do Senado Federal, na medida em que promove recriminação a um pronunciamento do senador Omar Aziz, presidente da CPI que investiga desvios governamentais no combate à pandemia da Covid-19. Ainda de acordo com o grupo, tratou-se de ato de intromissão no funcionamento de um dos poderes da República – o Legislativo – que desempenha a sua incumbência de controle das ações do Executivo. Assim, o grupo afirma:

Ao fazê-lo, o ministério da Defesa reincide em viciadas práticas recentes, notadamente quando, em 2018, o general Villas Boas, então comandante do Exército, acossou o STF com um tuíte divulgado pouco antes do julgamento de um habeas corpus impetrado pelo ex-presidente Lula.

As Forças Armadas não são imunes a críticas. Ao contrário. Mantiveram uma ditadura por mais de duas décadas e até hoje parece que não conseguem conviver com os imperativos da democracia.

O envolvimento de alguns de seus membros, da ativa e da reserva, em graves irregularidades administrativas merece a rigorosa investigação, empreendida pela CPI do Senado. O ataque ao parlamentar que comanda as investigações e que expressa de forma legítima sua perplexidade ante à corrosão moral de alguns oficiais

⁶ Disponível em: https://psol50.org.br/psol-repudia-nota-das-forcas-armadas-com-ameacas-a-cpi-da-covid/vacina.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa

⁷ Disponível em: <https://www.prerrogativas.org.br/estamos-alertas/>

militares, não deveria gerar essa reação corporativa e autoritária por parte das cúpulas castrenses.

Na verdade, a manifestação do Senador Omar Aziz, Presidente da CPI, cumpre o relevante papel de revelar os motivos e os autores do fracasso governamental no enfrentamento da pandemia.

É inaceitável que as Forças Armadas continuem a se arvorar como reserva moral da nação e guardião da ordem. Tal propósito não encontra guarida em nossa Constituição. Mais inaceitável ainda é um ministro de Estado, ocupante da pasta da Defesa, produzir mensagem intimidatória ao exercício de um dos poderes da República.

Otto Maria Carpeaux, que em 1940 escapou por um triz do Nazismo na Europa, cunhou a célebre frase “na democracia, se baterem à porta de sua casa de madrugada, é o leiteiro”. Todas as democracias do mundo dormem tranquilas. Em nenhum país civilizado e democrático a democracia deve sofrer ameaças de forças militares.

Lamentavelmente, no Brasil, passa dia, passa mês, passam anos e lá vêm de novo as Forças Armadas ameaçando as instituições democráticas. Sequestraram o leiteiro, para que nunca saibamos que, quando alguém bate na porta, é ele mesmo – o leiteiro – ou algum pretendente a ditador.

O Brasil caminha para 600 mil mortos causadas pela pandemia em cujo descontrole um dos ministros da Saúde era exatamente um militar da ativa. A CPI instalada no Senado busca apurar as responsabilidades, havendo confiáveis pesquisas mostrando que a omissão governamental causou, no mínimo, 150 mil mortos a mais.

É disso que precisamos: apurar as responsabilidades por esse genocídio. E não de ameaças à democracia.

Em tempos de ataques as liberdades democráticas, é fundamental lembrar da Constituição Federal. A Carta de 1988, seguindo as constituições de regimes democráticos, consagra em seu art. 5º diversos preceitos fundamentais, inclusive a separação dos poderes e o dever constitucional de fiscalização, por parte do Poder Legislativo, dos atos do Executivo. A ameaça contra as liberdades



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

democráticas é o verdadeiro *modus operandi* do Governo Bolsonaro.

O rol de direitos fundamentais, construído pelo Constituinte de 88 – e lapidado pelo Poder Legislativo desde então – é fruto de um processo social e político profundo e atravessado pela historicidade do contexto em que foi formulado, isto é, a superação da Ditadura Civil-Militar que governou o país entre 1964 e 1985 e a construção do regime democrático que vemos hoje ameaçado cotidianamente.

No Estado Democrático de Direito, o Ministro de Estado se submete à Constituição Federal e às leis vigentes, devendo respeitar o livre exercício dos Poderes. É inaceitável o tom intimidador e ameaçador da nota assinada pelo Ministro da Defesa Walter Braga Netto e pelo comando do Exército, Marinha e Aeronáutica.

É fundamental, portanto, que os poderes constituídos tomem as providências cabíveis para cobrar explicações aos responsáveis pelas ameaças e intimidações contra o Estado Democrático de Direito, que colocam em risco a Constituição Federal de 1988 e os valores por ela expressados.

Por todo o exposto, é urgente, por meio de convocação, que o Ministro de Estado da Defesa do Brasil, o SR. WALTER BRAGA NETTO, preste os esclarecimentos necessários perante esta Casa e, por isso, pugnamos aos deputados e às deputadas a aprovação deste Requerimento.

Sala das Sessões, 8 de julho de 2021.

Talíria Petrone
Líder do PSOL

Vivi Reis
PSOL/PA

Áurea Carolina
PSOL/MG



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

Ivan Valente
PSOL/SP

David Miranda
PSOL/RJ

Glauber Braga
PSOL/RJ

Fernanda Melchionna
PSOL/RS

Luiza Erundina
PSOL/SP

Sâmia Bomfim
PSOL/SP